



33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A
VARGEM GRANDE - CEP 83321-020
PINHAIS - PR

DA: ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Fone/Fax: (41) 3699-4237

A: Prefeitura Municipal de Campo Belo - MG

REF: Pregão Eletrônico nº 90121/2024

Pinhais, 08 de novembro de 2024.

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32, sediada à Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 02, Sala A, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, como licitante do Pregão Eletrônico supracitado, e tendo tomado conhecimento da ata de Realização, vem por intermédio de sua sócia a Sra. Patrícia Bach, portadora do RG 7.749.742-0/SESP-PR e CPF nº 031.309.619-84, tempestivamente e respeitosamente, com base na verdade e na honestidade, nos fatos e na justiça, assim como na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, apresentar junto ao Presidente da Comissão de Licitação e ao respectivo Departamento Jurídico o seguinte:

RECURSO

Prezados Senhores,

A empresa Asclépios Equipamentos Hospitalares Ltda, vem respeitosamente perante a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campo Belo MG, opor-se à Decisão do senhor Pregoeiro, face à classificação das licitantes:

Para o item 36:

GLOBALMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA

PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

SAFRAMED HOSPITALAR LTDA

VITA SOLUCOES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA

PORTO SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

JN DIAGNOSTICA LTDA

VITALI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA

LIFEPAR DISTRIBUIDORA LTDA

do certame supracitado, requerendo, outrossim, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade superior competente, nos termos do Art. 165, § 2º, da Lei 14.133/21.

Nos termos e com base nas razões a seguir apresentadas constará que a classificação é injusta, visto que a arrematante ofertou equipamento em desacordo com a solicitação contida em edital.

DOS FATOS

Do objeto da licitação:

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar destinados a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, setor da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

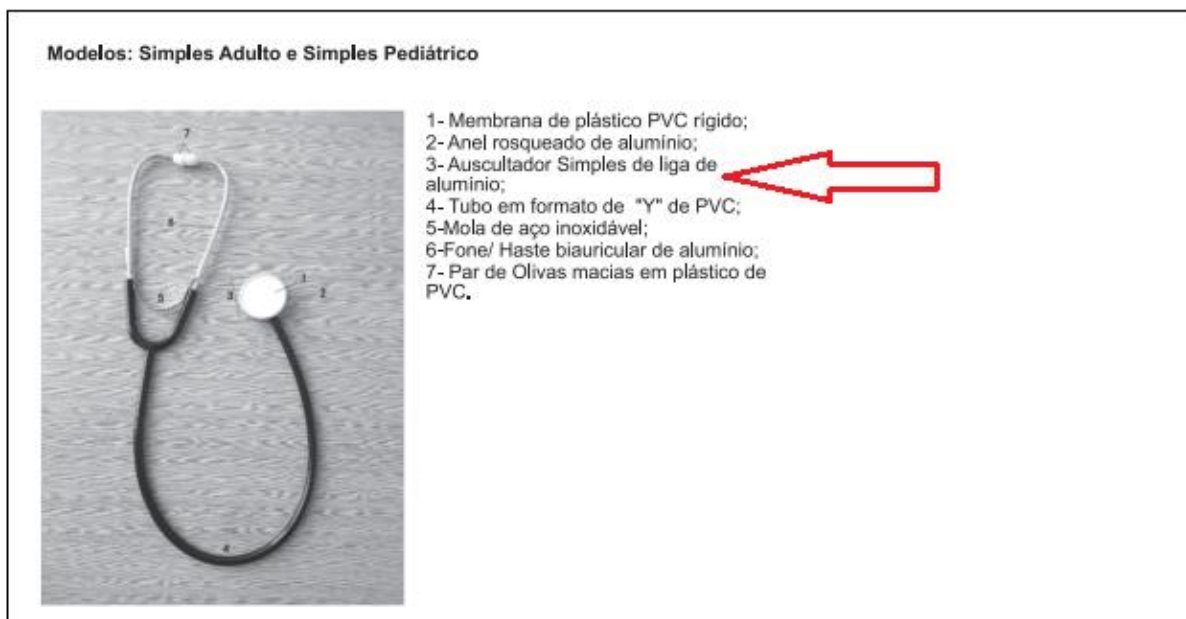
Para o item 36 o edital solicita:

Estetoscópio portátil, com tubos flexíveis em poliuretano, resistente, flexível, com pavilhão único **contendo auscultador em aço inox**, com diafragma suspenso, para monitorização de altas e baixas frequências, leve e compacto. Olivas em termoplásticos, macias, que ofereça vedação de ruídos externos, ajuste ao canal auditivo, tubulação de alta resistência, **hastes em aço inox**. Embalagem individual, contendo identificação do fabricante e do produto. Unidade.

As licitantes classificadas em 1º, 3º, 4º, 5º, 8º e 9º GLOBALMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, SAFRAMED HOSPITALAR LTDA, VITA SOLUCOES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA, PORTO SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, LIFEPAAR DISTRIBUIDORA LTDA, ofertaram a marca Premium/GTech (mesmo produto), a qual não atende ao edital, senão vejamos.

O edital solicita **contendo auscultador em aço inox, ... hastes em aço inox**

Segundo o manual do equipamento Premium disponível no link <https://accumed.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ESTSIMP.pdf> podemos comprovar que o equipamento em questão **não possui auscultador e hastes em aço inox.**



Resta comprovado que as licitantes classificadas em 1º, 3º, 4º, 5º, 8º e 9º GLOBALMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, SAFRAMED HOSPITALAR LTDA, VITA SOLUCOES EM ENGENHARIA CLINICA LTDA, PORTO SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, LIFEPAAR DISTRIBUIDORA LTDA ofertaram equipamento em desacordo com o edital.

A licitante classificada em segundo lugar, empresa PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, ofertou a marca Solidor, a qual não atende ao edital, não possui **não possui auscultador e hastes em aço inox.**

De acordo com o manual do equipamento Solidor, disponível no site da Anvisa através do link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351504780201603/?numeroRegistro=10369460182> podemos verificar que o mesmo não possui fabricação em Aço inox, conforme solicita o edital



INSTRUÇÃO DE USO
ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR SOLIDOR

Cadastro / Registro M.S.:

10369460182

Modelos cadastrados:

Modelo Simples

Modelo Duplo

Indicação de Uso:

O Estetoscópio tem como função auxiliar na ausculta cardíaca, vascular, pulmonar, e intestinal. Sua utilização está indicada em qualquer exame físico médico e pode ser utilizado por qualquer profissional habilitado.

Instrução de uso:

- Colocar as hastes metálicas nos ouvidos, encostar a cabeça do estetoscópio no local desejado, utilizando a semiologia médica adequada.

O estetoscópio modelo simples pode ser utilizado em adultos e adolescentes;

O estetoscópio modelo duplo, pode ser utilizado em adultos, adolescentes, crianças e neonatos.

Conservação, Armazenamento e Transporte:

- Temperatura de armazenamento de 0° a 55° C;
- Não pise na embalagem;
- Não apoie peso sobre o produto ou sobre a embalagem;
- Não permita quedas sobre superfícies rígidas;
- Armazene o produto em local limpo, seco, protegido da luz direta do sol e vapores químicos.
- Limpe-o somente como indicado no item conservação.

Transporte:

O estetoscópio deve ser transportado de forma a impedir qualquer dano ou alteração com relação às condições de recebimento destes e de sua embalagem. Não pisar ou apoiar qualquer objeto nas caixas para não danificar a embalagem e evitar a contaminação consequente disso.

Armazenamento/estocagem:

Em todas as áreas de estocagem, antes da utilização, o artigo deve ser armazenado de forma a manter sua configuração e seu acabamento de superfície e não danificar sua embalagem. Armazenar em estantes de armação metálica ou vidro, com altura mínima do piso, possibilitando assim a limpeza e higiene diária; garantir que o ambiente do almoxarifado esteja livre de poeira e intempéries que possam afetar a perfeita conservação do produto estocado.

O produto deve ser armazenado em local seco e fresco, protegido do calor excessivo e da luz do sol direta.

Advertência/Precaução:

Não se aplica.

Validade:

Indeterminado.

Contraindicação:

Não se aplica

Importado e Distribuído:

Labor Import Com. Imp. Exp. Ltda

Rua padre damaso, 165, 173 e 187 - CEP: 06016-010 - Osasco - SP

CNPJ: 01.005.728/0001-79

Filial: CNPJ: 01.005.728/0011-40

SAC: 0800 6658007

Resp. Técnica: Luciana J. Lanzillo – CRF/SP: 41067

Fabricante:

Wuxi Kaishun Medical Apparatus and Instruments Factory.

no. 90, East Street, Zhangjing Town, Xishan zone, Wuxi, China

Resta comprovado que o equipamento ofertado pela empresa PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA não atende ao solicitado em edital.

A licitante classifica em sexto lugar MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ofertou a marca ADVANTIVE a qual não atende ao solicitado em edital, senão vejamos.

O edital solicita **contém auscultador em aço... com as hastes em inox,** porém segundo o manual disponível no site da Anvisa através do link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351270983201010/?numeroRegistro=10296900044> podemos verificar que o equipamento não possui fabricação em Aço Inoxidável, deixando de atender ao edital.



JOÃO MED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS S.A.

ESTETOSCÓPIO ADVANTIVE

REGISTRO ANVISA 10296900044

INSTRUÇÕES DE USO

- 1 - Verificar a integridade do produto.
- 2 - O Estetoscópio Advantive possui hastes que foram desenvolvidos para serem utilizados em ângulo anatômico correto.
- 3 - Quando as olivas estiverem nos ouvidos deverão apontar o auscultador para a frente.
- 4 - O auscultador deverá ser segurado firme contra o local a ser auscultado na região torácica, abdominal externa do paciente ou no braço para aferição da pressão periférica arterial.

ADVERTÊNCIAS E PRECAUÇÕES

Verificar a integridade da embalagem do produto antes de sua utilização.
Ao medir a pressão arterial com esfigmomanômetro, o estetoscópio deverá ser colocado apenas no pulso arterial sobre o manguito.
A utilização de forma incorreta do estetoscópio poderá resultar em selamento acústico deficiente e em alguns casos, o bloqueio completo do som.
É importante que olivas de tamanho adequado sejam utilizadas.
Descobrir o tamanho correto que se adapte a orelha do profissional que irá utilizar, resultará num melhor desempenho acústico.
Caso o estetoscópio não for limpo com frequência, é possível que sujidades possam obstruir o trajeto do som.
Antes de cada uso, certificar-se de que todas as partes estão fixadas de forma segura e devidamente encaixadas.

MÉTODO DE LIMPEZA

A limpeza do estetoscópio é necessária para assegurar o máximo de desempenho e para evitar a infecção cruzada. A sua limpeza deverá ser feita com um pano úmido embebido em uma solução de álcool isopropílico. A limpeza deverá ser realizada pelo profissional que irá utilizar o produto, sempre que necessário e/ou quando utilizado entre um paciente e outro.




33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18
ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES LTDA
RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A
VARGEM GRANDE - CEP 83321-020
PINHAIS - PR

Vejam Srs. julgadores que o manual não traz nenhuma informação sobre fabricação em Aço Inox.

A licitante classificada em sétimo lugar, JN DIAGNOSTICA LTDA ofertou a marca Wiltex, a qual também não atende ao edital, senão vejamos:

De acordo com o manual do equipamento Wiltex, disponível no site da Anvisa através do link <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351539106201581/?numeroRegistro=10150470457> podemos verificar que o mesmo não possui fabricação em Aço inox, conforme solicita o edital

	<u>INSTRUÇÃO DE USO</u>
NOME DO PRODUTO: ESTETOSCÓPIO - WILTEX	
Registro MS: 10150470457	
DADOS PRODUTO REGISTRO ANVISA	
Nome técnico: Estetoscópio	
Matéria Prima: Alumínio, Membrada de PVC e Cobre Cromado.	
Produto Estéril: () Sim (x) Não	
Validade: 5 anos	

Diante das informações acima, solicitamos a desclassificação da licitante classificadas em sétimo lugar.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação das licitantes recorridas, para o item 36 do presente certame, vez que não

pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido

Em outros termos, as recorridas cotaram equipamentos em desacordo com a prescrição editalícia pelo que MERECE ser desclassificada, por uma questão de JUSTIÇA!

Diante das condições expostas em edital e dos produtos solicitados para o item 36 , cumpre esclarecer que os equipamentos ofertados pelas arrematantes e demais recorridas não atendem as especificações mínimas dos equipamentos, pois, estão em desconformidade com o edital, vez que ofertou equipamentos que não possuem as funções, acessórios, exigidos, ou seja, os equipamentos não atendem as especificações técnicas solicitadas.

Portanto, os equipamentos ofertados pelas empresas citadas, não atendem as exigências mínimas do edital, pelos fatos e fundamentos supramencionados.

Vê-se, portanto, que as propostas comerciais das empresas arrematantes foram apresentadas em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que as propostas das empresas contestadas merecem sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 17 da Lei de 14.133/21, *in verbis*:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

...

V – de habilitação

...”

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, *in* O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

“O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo.”

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

“Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles.”

Como visto, o julgamento da proposta não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

O que almeja a empresa ora Recorrente é que este Ilmo. Pregoeiro realize julgamento da proposta em conformidade com os ditames editalícios e parâmetros legais, ou seja, requer a recorrente que este Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação, bem como nas determinações vigentes.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 5º da Lei nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê *in verbis*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da

eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica *in totum* esse posicionamento legal, ao asseverar que:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...”.

Logo, não se pode aceitar produtos que não atendem o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atendem ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de equipamentos com características e/ou acessórios inferiores ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes, levando vantagem no valor aqueles que ofertam em desacordo sobre os demais participantes.

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



33.068.320/0001-32

CAD. ICMS:90808293-18

ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES LTDA

RUA GRAÇA ARANHA, 875 - BRCÃO 02 - SALA A

VARGEM GRANDE - CEP 83321-020

PINHAIS - PR

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação das empresas recorridas nos itens supracitados.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo das razões recursais é tempestivo;

Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da Equipe Técnica, *data venia*, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação das licitantes recorridas, para o item 36, tendo em vista as desconformidades apresentadas, vez que não foram observadas na íntegra as especificações constantes do edital, conforme supra exposto.

Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a **DESCCLASSIFICAÇÃO das empresas supracitadas**, por ser um princípio de justiça;

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade superior competente, nos termos do Art. 165, § 2º, da Lei 14.133/2021.

Termos em que, pede deferimento.

Patrícia Bach
Sócia-Gerente